Nº 924-NOMEAR a servidora NILSE MANOEL, Técnico Judiciário, Nível Superior, Classe "B", Padrão III, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para exercer o cargo, em comissão, Código JF-DAS-101.2, de Diretora do Núcleo de Apoio Administrativo do Fórum da Cidade de Ribeirão Preto, nos termos do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, em vaga criada pela Lei nº 8.416/92.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ AMÉRICO LACOMBE
Presidente

ATO Nº 926, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994(*)

O VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição Federal, resolve

EXONERAR, a pedido, a partir de 12/01/94, MÁRIO JOSÉ CALVÃO MONNERAT DO PRADO, funcionário do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário, Código JF-AJ-022, Nível Intermediário, Classe "B", Padrão I, nos termos do artigo 34 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ OLIVEIRA LIMA
Vice-Presidente no
exercício da Presidência

(*) Republicado por ter saído com incorreção.

Conselho da Justiça Federal

ATO Nº 925, DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve

Fazer cessar os efeitos do Ato nº 823 de 8.9.1993, no qual o Senhor Juiz Federal Substituto NINO OLIVEIRA TOLDO foi designado para exercer funções de auxílio na 1ª Vara Cível - Seção Judiciária do Estado de São Paulo - a partir de 13.9.1993.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ AMÉRICO LACOMBE

RESOLUÇÃO Nº 53, DE 26 DE JANEIRO DE 1994

O PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, revendo os critérios e procedimentos em vigor, relativamente ao fornecimento de vales-refeição, "ad referendum", resolve

Art. 1º - Os dispositivos abaixo, da Resolução nº . 31, de 22.09.92, deste Conselho, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Para os efeitos desta Resolução, consideram-se beneficiários do vale-refeição, indistintamente, todos os servidores em exercício nas Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Art. 3º - A participação mensal do servidor no custo do vale-refeição será feita nos seguintes percentuais, calculados sobre o valor do benefício:

- I - 1% (um por cento) para o servidor de nível auxiliar;
- II - 5% (cinco por cento) para o servidor de nível intermediário; e,
- III - 10% (dez por cento) para o servidor de nível superior; e,
- IV - 20% (vinte por cento) para os ocupantes de DAS.

Art. 4º -

§ 3º - O setor competente verificará o nível em que se enquadra o servidor e efetuará o cálculo de sua participação."

Art. 2º - Fica revogada a Resolução nº 031, de 22.09.92 e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de fevereiro de 1994.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ OLIVEIRA LIMA

PROVIMENTO Nº 85, DE 31 DE JANEIRO DE 1994

O PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos Provimentos nºs 47, item 3.1, de 17 de dezembro de 1990, e 63 de 15 de maio de 1990, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, e tendo em vista o decidido em sessão realizada em 19.8.1993, resolve:

Fixar a Tabela de Remuneração referente aos honorários de advogados dativos da União na 3ª Região, com os seguintes valores máximo e mínimo, a serem reajustados mensalmente, a partir de fevereiro do corrente,

CLASSIFICAÇÃO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
Ações Ordinárias	49.021,95	66.806,85
Ações Diversas	49.021,95	66.806,85
Ações Criminais	49.021,95	66.806,85
Mandados de Segurança	40.850,95	55.672,32
Habeas Corpus	40.850,95	55.672,32

Execuções Fiscais	40.850,95	55.672,32
Execuções Diversas	40.850,95	55.672,32
Ações Sumaríssimas	40.850,95	55.672,32
Reclamações Trabalhistas	40.850,95	55.672,32
Feitos não contenciosos	34.041,53	46.393,57
Procedimentos Criminais		
Diversos	34.041,53	46.393,57

Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ OLIVEIRA LIMA
Presidente em exercício

Conselho de Administração

RESOLUÇÃO Nº 95, DE 26 DE JANEIRO DE 1994

O PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO tendo em vista o artigo 22 da Lei nº 8.460, de 11/12/92 e o Decreto nº 969, de 3/11/93, disciplinando o benefício de vale-refeição e "ad referendum" do Conselho de Administração, resolve

Art. 1º - Os dispositivos abaixo, da Resolução nº . 64, de 16.09.92, deste Conselho, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Para os efeitos desta Resolução, consideram-se beneficiários do vale-refeição, indistintamente, todos os servidores em exercício no Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

Art. 3º - A participação mensal do servidor no custo do vale-refeição será feita nos seguintes percentuais, calculados sobre o valor do benefício:

- I - 1% (um por cento) para o servidor de nível auxiliar;
- II - 5% (cinco por cento) para o servidor de nível intermediário; e,
- III - 10% (dez por cento) para o servidor de nível superior; e,
- IV - 20% (vinte por cento) para os ocupantes de DAS.

Art. 4º -

§ 3º - O setor competente verificará o nível em que se enquadra o servidor e efetuará o cálculo de sua participação."

Art. 2º - Fica revogada a Resolução nº 071, de 30.04.93 e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de fevereiro de 1994.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ OLIVEIRA LIMA

Corregedoria Geral

PORTARIAS DE 01 DE FEVEREIRO DE 1994

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que designou o servidor Bel. Milton João de Mendonça, Assessor do Gabinete do Juiz Corregedor-Geral, para integrar a Comissão constituída para acompanhá-lo nos trabalhos correccionais das 3ª e 4ª Varas de Execuções Fiscais, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, nos dias 02, 03 e 04 (3ª Vara) e 07, 08 e 09 de fevereiro do corrente ano (4ª Vara), resolve:

Nº 01 - Excluí-lo da mencionada Comissão, em razão de estar prestando serviços em Araçatuba/SP, no período de 1ª a 25 de fevereiro do corrente ano, para a implantação da Vara Federal naquele Município.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

CONSIDERANDO que determinou a realização de Correição Geral Ordinária nas 3ª e 4ª Varas de Execuções Fiscais, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, nos dias 02, 03 e 04 (3ª Vara) e 07, 08 e 09 de fevereiro do corrente ano (4ª Vara), resolve:

Nº 02 - Incluir os servidores Bacharéis Maria Luiza Ferrara Nacarato, Assessora da Corregedoria-Geral, e Pedro Luis Carvalho de Campos Vergueiro, Assessor do Juiz Corregedor-Geral, na Comissão constituída para os referidos trabalhos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JUIZ JORGE SCARTEZZINI
Corregedor-Geral